

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



UM DEPÓSITO FUNDACIONAL DO SÉCULO II A.C. EM MESAS DO CASTELINHO (ALMODÔVAR). UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Susana Estrela / estrela.susana@gmail.com

RESUMO

Num momento indeterminado do século II a.C., a inauguração de um dos compartimentos do povoado de Mesas do Castelinho é realizada mediante um depósito intencional de artefactos com origens e funções diversificadas. Associando o estudo do conjunto artefactual à estratigrafia, reconstitui-se um dos capítulos desta história antiga de mais de dois mil anos, na qual o cenário de fundo mostra uma longa tradição e um sã convivio entre os elementos exógenos e aqueles produzidos local e/ou regionalmente. Dela faz parte a caracterização do tecido social e cultural que subjaz a este episódio de depósito de artefactos.

ABSTRACT

In an uncertain moment of the II century BC, the opening ceremony of one of Mesas do Castelinho's compartments is manifested by the intentional deposit of artefacts with different origins and functions. Putting together the artefactual set analysis with the stratigraphy, one reassembles this ancient history chapter, older than two thousand years, in which the background picture shows a long tradition and a sane companionship between the foreign and the local/regional artefacts. One characterizes the social and cultural structures that lie behind this artefact drop episode.

1. PRELÚDIO, OU O PRIMEIRO PASSO PARA UM DETERMINADO DESFECHO

Em finais do século V a.C. é fundado o povoado fortificado de Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar), na fronteira entre os contrafortes setentrionais da Serra do Caldeirão e os limites meridionais da península baixo-alentejana. Estira-se em duas plataformas principais, com perto de 3,5 hectares, num ponto relativamente alto mas com fraco domínio territorial para Sul e com boa visibilidade apenas para Norte (Figura 1). Ocupado em continuidade até ao século II d.C., o “*povoado de ribeiro*” (Berrocal-Rangel, 1992, p. 205), situado a Sul da Ribeira de Mora (tributária do Rio Mira) implanta-se num quadro natural mais húmido e verde que o actual, com mais áreas florestadas e de pastagem, no qual a caça de cervídeos detinha um papel importante, de acordo com os dados paleoambientais decorrentes do estudo dos restos faunísticos (Valenzuela-Lamas & Fabião, 2012).

A fisionomia de Mesas do Castelinho explicará, por si só, a sua vocação enquanto núcleo habitacional localizado nas proximidades de uma via de circulação ou funcionando como ponto de defesa. O registo arqueológico da ocupação sidérica fornece as provas de um povoado amuralhado que pode ser visto como uma marca na paisagem, mais do que como um local inexpugnável (Estrela, 2010, vol. I, p. 95). Com pequenos matizes, a situação pode ser estendida à ocupação romana, que já não conhece as linhas de muralha, construindo sobre elas.

O povoado, assim dissimulado na paisagem, deixa-se no entanto ver. As provas são as construções humanas que desenham o perímetro amesetado que confere parte do nome ao sítio arqueológico, apesar de tudo muito mais imponentes e visíveis na aproximação à ribeira a Norte que pelo lado de Sul.

A sua localização num cenário de uma passagem de vias é melhor conhecida para a época romana, com troços de calçadas que terão prolongado ou aperfeiçoado os caminhos anteriormente existentes.

O peso desta temática pode ser encontrado, aliás, no momento final da ocupação romana. Algures nos inícios do século II d.C., a rede viária então implementada não contempla a localização de Mesas do Castelinho e o local é abandonado (Guerra & Fa bião, 2010, p. 485).

Recuando no tempo e debruçando-nos no tema agora em agenda, os dados de um determinado momento de inauguração de um dos muitos compartimentos romanos republicanos de Mesas do Castelinho dão os sinais da ausência de uma fronteira deste (e neste) povoado que, desde tempos precoces da Romanização, prova a manutenção dos seus modos essenciais de vida. O marco desta nova etapa da sua história equaciona-se a partir daquilo que é proporcionado pela leitura da estratigrafia das construções e das ocupações humanas, polarizadas em duas fases diferentes (mas não distintas a nível cronológico), a seguir apresentadas.

2. O SÉCULO II A.C. EM MESAS DO CASTELINHO

Os vestígios arqueológicos do século II a.C., que testemunham a etapa final da Idade do Ferro e os primeiros contactos com artigos importados da Península Itálica, que marcam o início do período romano-republicano, apenas são observáveis na plataforma inferior do sítio (Figura 2).

O Sector B2, junto do talude ocidental, limite artificial criado com a construção da muralha, é particularmente profícuo para a caracterização dos momentos finais da Idade do Ferro. A organização interna mantém-se inalterada, com um “povoado cego” com um quotidiano em parte estabelecido no interior do perímetro desenhado pela muralha. A principal novidade reside na amortização desta, que surge mais como uma infra-estrutura antiga que apoia a construção vertical dos compartimentos do que propriamente como uma verdadeira linha de defesa. A continuidade da aquisição de artigos cerâmicos importados desde a área gaditana é patente, ao mesmo tempo que se assiste à manutenção das tradições relacionadas com as técnicas e motivos decorativos das cerâmicas manuais e à chegada de elementos inovadores nas produções a torno (Estrela, 2010, vol. I, *passim*; 2013, pp. 111-112).

A história, porém, não termina aqui e muito menos abruptamente. A cultura material testemunha a ocupação ininterrupta, também esta essencialmente

relacionada com o entorno rural mas sobremaneira desenvolvida a nível arquitectónico, com um urbanismo organizado em torno de três artérias de circulação praticamente paralelas entre si e orientadas *grosso modo* de Norte para Sul. Pela primeira vez na história do sítio baixo-alentejano são erigidas construções que ocupam o interior do povoado com espaços habitacionais e de trabalho.

A escavação para Este do Sector B2, no Sector B3, que se prolonga praticamente até ao talude oriental do sítio arqueológico, permitiu a identificação das Ruas 1, 2 e 3, definidoras de conjuntos arquitectónicos bem delimitados, com ritmos de ocupação e funcionalidades muito próprios, aos quais se convencionou chamar quarteirões.

A Rua 1 permitiu um desenho romano-republicano que se caracteriza, no Sector B2, pela manutenção dos traços gerais da arquitectura da fase final sidé-rica, mantendo a mesma orientação entre os compartimentos e permitindo a circulação para Este. Nesta direcção, assistimos à construção de dois edifícios subdivididos internamente em dois espaços, comunicantes para poente (para a Rua 1) mas com paredes cegas para nascente. Estes compartimentos do Sector B3 definem o momento inaugural do designado 1º Quarteirão, que mantém o uso antigo das matérias-primas localmente disponíveis, o xisto e a terra, mas que incrementa a qualidade da técnica construtiva. Os compartimentos mais meridionais funcionaram como espaços de trabalho, com uma área de fogo localizada ao centro de um dos ambientes, sobre a qual existiu uma chaminé construída com elementos terrosos. Já os espaços setentrionais podem ser encarados como áreas residenciais, de preparação e tomada de refeições e mesmo como áreas de descanso.

O espaço construído entre as traseiras destes edifícios e os limites orientais da Rua 2 foi designado como 2º Quarteirão. Na actual área de intervenção é possível discernir, nesta porção do povoado, a existência de sete compartimentos, quase todos comunicantes com aquela artéria, localizada a Este de todos eles, sendo que podemos intuir uma comunicação interna entre alguns deles, estabelecida no sentido Norte-Sul. Neste momento inaugural datam o Ambiente XXIV a Sul, os ambientes XXV, XXVI e XXVII a Norte, XXXIII a Este e os ambientes XXX e XXIX a Oeste, nas traseiras dos edifícios do 1º Quarteirão.

Estas construções apresentam traços que os vincu-

lam a espaços de trabalho, nomeadamente daqueles relacionados com a metalurgia, visíveis quer no Ambiente XXIV quer na própria Rua 2. Mas também existem espaços habitacionais, com uma cultura material e áreas de combustão com características distintas com traços suficientes para esta caracterização. Este quarteirão conhece construções cuja ortogonalidade não é totalmente conseguida e técnicas de menor qualidade, quando comparadas com as usadas no 1º Quarteirão.

O 3º Quarteirão é definido a Oeste pela Rua 2 e a Este pela Rua 3 e podemos apontar a existência, no momento inaugural, de três compartimentos principais: um espaço de armazenagem no Ambiente XIII, uma divisão assimétrica no Ambiente XIV que deixa entender uma organização interna enquanto cozinha e área de descanso e o Ambiente XVI, onde terá funcionado uma área de trabalho metalúrgico.

3. ARQUITECTURA E ESTRATIGRAFIA DO DEPÓSITO FUNDACIONAL DO AMBIENTE XXXVIII

Este espaço do 2º Quarteirão estabelece-se num momento não imediatamente fundacional do urbanismo romano-republicano de Mesas do Castelinho mas a cultura material aponta para um momento do século II a.C., cronologia consentânea com a criação dos restantes quarteirões.

Possui uma planta rectangular, comunicante a Este com a Rua 2 e a Sul com o Ambiente XXIV. A Norte confina com os ambientes XVII e XXV e a Oeste tem inicialmente ligação com os ambientes XXX e XXIX e depois com o Ambiente XXXV (Figura 3, A). Trata-se, bem visto, de um espaço relativamente estreito, com pouco mais de 10 m² de área útil e com circulação algo limitada, situação que apenas pode ser interpretada equacionando a conjugação dos dados deste espaço e dos espaços que com ele funcionam.

O momento inaugural é marcado pela deposição intencional, no vão que estabelece a passagem para os ambientes XXX e XXIX, a Oeste, de uma série de artefactos cerâmicos e vítreos, com origens e funções diversificadas. Alguns deles estavam quebrados em conexão, num piso de terra batida que se apoiava às estruturas definidoras deste espaço. Estamos, portanto, perante um episódio de destruição propositada de peças, em jeito de celebração do novo espaço criado.

O piso inicial do Ambiente XXXVIII sobrepõe-se a

uma estrutura vertical premeditadamente destruída, a parede que antes separava o Ambiente XXX do Ambiente XXIX (Figura 3, B). Num momento subsequente, dá-se a construção e utilização de uma pequena forja, com paredes feitas de escória de ferro e de uma lareira estruturada, ambas associadas a um piso de terra batida.

Da etapa inaugural não foi possível apurar, dentro da área da intervenção arqueológica, quaisquer outros indícios construtivos que auxiliassem numa caracterização funcional deste espaço. Serão os materiais que poderão delinear, para lá da óbvia cronologia desta ocupação, os traços do tecido social e cultural deste compartimento e em concreto, deste momento inaugural.

4. O CONJUNTO ARTEFACTUAL DO DEPÓSITO FUNDACIONAL

Nas peças importadas, a cerâmica de mesa está representada pela taça Campaniense A da forma F2820/Lamb.27c (Figura 4, n.º 1), produção datada do século II a.C. (Alves, 2010, vol. I, p. 88) e pela presença de um “prato de peixe” em cerâmica “de tipo Kouass” – forma II de Niveau de Villedary y Mariñas/Lamb.23 (Figura 4, n.º 2), com uma cronologia que pode ser apontada para os inícios do mesmo século atendendo aos formalismos da peça, que ostenta maiores dimensões e pestanas grossas e abauladas (Niveau de Villedary y Marinãs & Córdoba Alonso, 2003, p. 132).

A cerâmica de transporte está patente na ânfora T-8.2.1.1. (Figura 3, n.º 3), produzida desde a primeira metade do século IV até aos meados do século I a.C. (Saéz Romero, 2008, p. 641). Trata-se da forma anfórica mais representada no sítio, surgindo quer em contextos sidéricos quer em contextos romanos republicanos e a origem gaditana é exclusiva. É também aquela que conhece a maior percentagem de exemplares a nível nacional (Filipe, 2010, p. 65). O exemplar agora dado à estampa apresenta na superfície interna restos de resina, elemento que corrobora a sua produção para o transporte de preparados piscícolas.

A única peça vítrea identificada neste depósito fundacional corresponde a um fragmento de pé, fundo e pança de um “*unguent-bottle*” (Figura 4, n.º 4), forma 2 do Grupo Mediterrânico 3 de Harden (1981, p. 122). Apresenta uma base estreita e discóide, em vidro de cor verde-água, no fundo de um recipiente apontado

que se desenvolve para um corpo ovóide e profundo, sem asas e com paredes finas em vidro azul-cobalto. O bordo seria recto e com aba. A técnica é apurada, lembrando os primeiros vidros soprados, embora se trate de um recipiente fabricado sobre núcleo de areia ou argila que surge durante o século III e que perdura até aos inícios/meados do século seguinte. É de presumir a sua origem na Península Itálica, atendendo à massiva exportação deste Grupo 3 para Espanha e para as Baleares (Harden, 1981, pp. 124 e 136). O exemplar de Mesas do Castelinho corresponde ao primeiro recipiente desta forma conhecido no actual território português.

Na cerâmica de produção local/regional, o depósito fundacional é marcado pela presença de um pequeno pote asado (Figura 4, n.º 5) produzido manualmente e cozido em ambiente redutor, ao qual se encontra apenas, na zona imediatamente abaixo do colo e no início do bojo uma linha horizontal de incisões oblíquas, atestando uma certa evolução das formas (Estrela, 2010, vol. I, p. 52 e vol. II, Est. 6) e uma clara perduração das técnicas de decorar as peças manuais, observada desde momentos da Idade do Ferro (*Idem, ibidem*, vol. I, p. 53 e vol. II, Est. 13).

As formas torneadas, por vezes pintadas em bandas, lembram formas produzidas na área “turdetana”, como os chamados vasos tulipiformes – Figura 4, n.º 8 (García Fernandez & García Vargas, 2010, pp. 122 e 126). Já os “pratos de peixe” se inspiram na cerâmica ática, distinguindo-se deles pelo tratamento das superfícies, por vezes pintadas em círculos concêntricos (Figura 4, n.ºs 9 e 10), situação também observada no interior andaluz, onde são sempre maioritários relativamente àquela produção cerâmica e até em relação à mesma forma produzida em cerâmica “de tipo Kouass” mas genericamente tardios e minoritários, em contextos dos séculos III e II a.C. (*Idem, ibidem*, pp. 126 e 129). Em Mesas do Castelinho observam-se desde o século III a.C. (Estrela, 2010, vol. I, p. 57 e vol. II, estampa 17).

O cossoiro bitroncocónico com paredes rectas e decorado com incisões (Figura 4, n.º 6) remete para actividades de fiação. E um “queimador”, asado e com janelas triangulares (Figura 4, n.º 7) poderá relacionar-se com esta actividade, como noutros casos e para cronologias mais antigas já se considerou (Estrela, 2010, vol. I, p. 72; 2013, p. 110).

Mas a peça mais interessante deste depósito fundacional será uma pequena estatueta em terracota

de inspiração helenística e em estilo *kourotrophos*, composta por três fragmentos: a cabeça de uma figura feminina, coroada por um diadema sobranceiro a um rosto de traços puramente clássicos, porção da respectiva indumentária, sendo visíveis as pregas do manto ou túnica de onde parece poder ser vislumbrado o sobressair do braço esquerdo, e parte da cabeça da criança, em estado deficitário de conservação (Figura 5). Como o próprio nome indica, trata-se da representação de uma figura feminina em pé carregando uma criança, tema iniciado no Mediterrâneo oriental (Niveau de Villedary y Mariñas & Córdoba Alonso, 2003, p. 132). A peça é maciça e feita a molde, numa argila depurada de cor bege, com ténues sinais de pintura, cumprindo a tradição da policromia das estatuetas (Ramos, 2008, p. 777).

A maioria das terracotas romanas identificadas na Península Ibérica encontra-se datada em torno dos séculos I-II d.C. (Ramos, 2008, p. 780), de que o conjunto do depósito B de Castrejón de Capote – Badajoz, do século I d.C., será um bom exemplo, numa estética porém bastante distinta e com traços muito mais grosseiros (Berrocal-Rangel, 2004, pp. 113 e 114). Outros exemplares, mais antigos, aparentam uma aproximação em termos de qualidade de execução, como os identificados em diversos espaços rituais de Cádiz datados em torno dos séculos III-II a.C. (Niveau de Villedary y Mariñas & Córdoba Alonso, 2003, pp. 130-132).

A estatueta de Mesas do Castelinho terá servido como adorno do lar familiar ou do compartimento, devendo tratar-se de um objecto de culto, situação corriqueira para este tipo de peça (Ramos, 2008, p. 781), neste caso relacionado com a maternidade e a fertilidade. Resta-nos entender a que divindade pertence. Argumentamos uma origem itálica para a figura curótrofa, atendendo aos descritores físicos que ostenta e portanto parte integrante do lote dos novos artigos e dos novos costumes que acompanham a Romanização do actual território português.

Em síntese, vestígios materiais relacionados com um universo feminino que, conjugados com os dados da arquitectura, apontam no sentido da inauguração de um espaço que rompe de alguma forma com os usos anteriores desta porção do povoado, porventura sinónimo da aquisição feita por um novo proprietário ou grupo familiar, que implementa funcionalidades oficinais numa área até então essencialmente residencial.

5. MAIS QUE UM ESBOÇO, O CENÁRIO SOCIAL E CULTURAL

O modelo explicativo atrás enunciado para a implantação de Mesas do Castelhinho assenta numa relação de reciprocidade. Estabelece a existência de um povoado encastelado com alguma importância que promove a passagem de vias de comunicação nas suas imediações. As linhas seguintes conjugam este modelo com os dados concretos do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII.

A ânfora T-8.2.1.2. e o “prato de peixe” em cerâmica do “tipo Kouass” dão conta da manutenção da comercialização e respectivos circuitos de escoamento dos artigos originários da baía gaditana, ao passo que a taça Campaniense A estabelece um momento precoce da aquisição por parte da população do povoado baixo-alentejano de um artigo indissociável da Romanização. Atente-se que Mesas do Castelhinho detém o maior conjunto de cerâmica campaniense estudado a nível nacional, com perto de setecentos fragmentos tipologicamente classificados (Alves, 2010, p. 25).

Entre uns e outros, a terracota de inspiração helenística estabelece a devida ponte entre aquilo que era a tradicional integração do povoado nos “antigos” circuitos comerciais e a chegada de novos artigos e rituais, originários de rotas entretanto estabelecidas, que alteram de alguma forma os costumes antigos, com a sacralização feita através da presença de figurações de divindades (Berrocal-Rangel, 2004, p. 118).

Outros artefactos provam a antiguidade da Romanização do sítio. Os denários encontrados são todos do século II a.C. (Fabião, 2001, p. 125). Ao contrário do que aparentemente se poderia pensar, não se associam à presença efectiva de contingentes militares, como não o faz a cerâmica campaniense. Pode-se, no entanto, equacionar a proximidade de tropas e a ocupação romana do território, que teriam sido responsáveis por alguma instabilidade, tanto mais que a zooarqueologia revela o aumento substancial do consumo de espécies selvagens, como o coelho e especialmente o veado e o aproveitamento dos equídeos para fins alimentares (Valenzuela-Lamas & Fabião, 2012, p. 420).

Podemos assim concluir que, ainda que por via indirecta e de modo escasseado (excepção feita à massiva presença da cerâmica campaniense), os artigos importados continuam a chegar. Ao mesmo tem-

po, o povoado terá tido alguma relevância na distribuição da cerâmica local ou regionalmente produzida. Os vestígios apontam para a existência de um aglomerado populacional de dimensões consideráveis, urbano também ele na verdadeira denominação do termo mas com características rurais que o descrevem como uma aldeia.

Estes dados são particularmente expressivos no referente à ocupação sidérica. A difícil distinção cronológica dos materiais do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII relativamente aos momentos finais da Idade do Ferro prova a ausência de rupturas num povoado indígena que mantém os traços dos seus modos de vida de sempre. A arquitectura do 2º Quarteirão, na qual se inclui a inauguração do Ambiente XXXVIII é particularmente expressiva de um dinamismo que não se coaduna com descontinuidades e mudanças significativas a não ser as do óbvio incremento construtivo e do planeamento urbanístico que passa pela ocupação da área interior do povoado.

Em concreto, os materiais do depósito fundacional podem ser vistos como a intencionalidade de quebrar, de alguma forma, com os usos antigos desta porção do 2º Quarteirão, que parecem indicar contextos essencialmente domésticos e femininos, desvelando funcionalidades novas, relacionadas com espaços de trabalho do ferro, elaborado por mãos masculinas. E a ruptura é particularmente visível no próprio estado das peças ali identificadas, muitas delas quebradas em conexão, relacionadas, por sua vez, com um episódio ritual enraizado no mundo mediterrânico e até então ausente do povoado indígena de Mesas do Castelhinho.

Em suma, um povoado sem sinais de conflituosidade ou crise, uma população em crescimento e com grande capacidade de adaptação aos novos tempos que se anunciam.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Catarina (2010) – *A Cerâmica Campaniense de Mesas do Castelinho*. Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em <http://hdl.handle.net/10451/2994>].

BERROCAL-RANGEL, Luis (1992) – *Los Pueblos Célticos de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Complutum Extra; 2).

BERROCAL-RANGEL, Luis (2004) – Banquetes y rituales colectivos en el Suroeste peninsular. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid, 30, pp. 105-119.

ESTRELA, Susana (2010) – Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os Contextos Arqueológicos na (Re) Construção do Povoado. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3009>].

ESTRELA, Susana (2013) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da Idade do Ferro do Baixo Alentejo. *Arqueologia & História*. Lisboa, 62-63, pp. 101-115.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território hoje Português*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 Vols. [policopiado].

FABIÃO, Carlos (2001) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, pp. 108-131.

FILIPPE, Victor (2010) – As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, pp. 57-88.

GARCÍA FERNANDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (2010) – Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). In MATA PARREÑO, Consuelo; PÉREZ JORDÁ, Guillem; VIVES-FERRÁNDIS-SÁNCHEZ, Jaime, eds. – *De la cuina a la taula. IV reunió d' economia en el primer millenni a.C. Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de València*. València: Departament de Prehistòria i Arqueologia / Universitat de València (Extra; 9), pp. 115-134.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In GORGES, Jean Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad, eds. – *VII Table Ronde Internationale sur la Lusitanie Romaine. Naissance da Lusitanie Romaine (Ier av. – Ier ap. J. C.)*. Toulouse, 8-9 novembre 2007. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, pp. 459-488.

HARDEN, Donald. B (1981) – *Catalogue of Greek and Roman Glass in the British Museum. I: Core-and Rod-formed Vessels ans Pendants and Mycenaean Cast Objects*. London: British Museum Publications Limited.

NIVEAU DE VILEDARY Y MARIÑAS, Ana María; CÓRDOBA ALONSO, Ignacio (2003) – Algunas consideraciones sobre la religiosidad de Gadir. Nuevos datos para su estudio. *Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de València*. València. 35, pp. 123-145.

RAMOS, María Luisa (2008) – Terracotas y elementos de coroplastia. In BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA i LACOMBA, Albert., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 775-785.

SAÉZ ROMERO, António M. (2008) – La producción de ánforas en la área del Estrecho en época tardopúnica (siglos III-I a.C.). In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA i LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 635-659.

VALENZUELA-LAMAS, Silvia; FABIÃO, Carlos (2012) – Ciervos, ovejas y vacas: el registro faunístico de Mesas do Castelinho (Almodôvar) entre la Edad del Hierro y Época Romana. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste. Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 413-432.



Figura 1 – Mesas do Castelinho na fronteira entre a península alentejana e a serra algarvia (foto aérea - fonte Google Earth) e seu enquadramento na Península Ibérica.

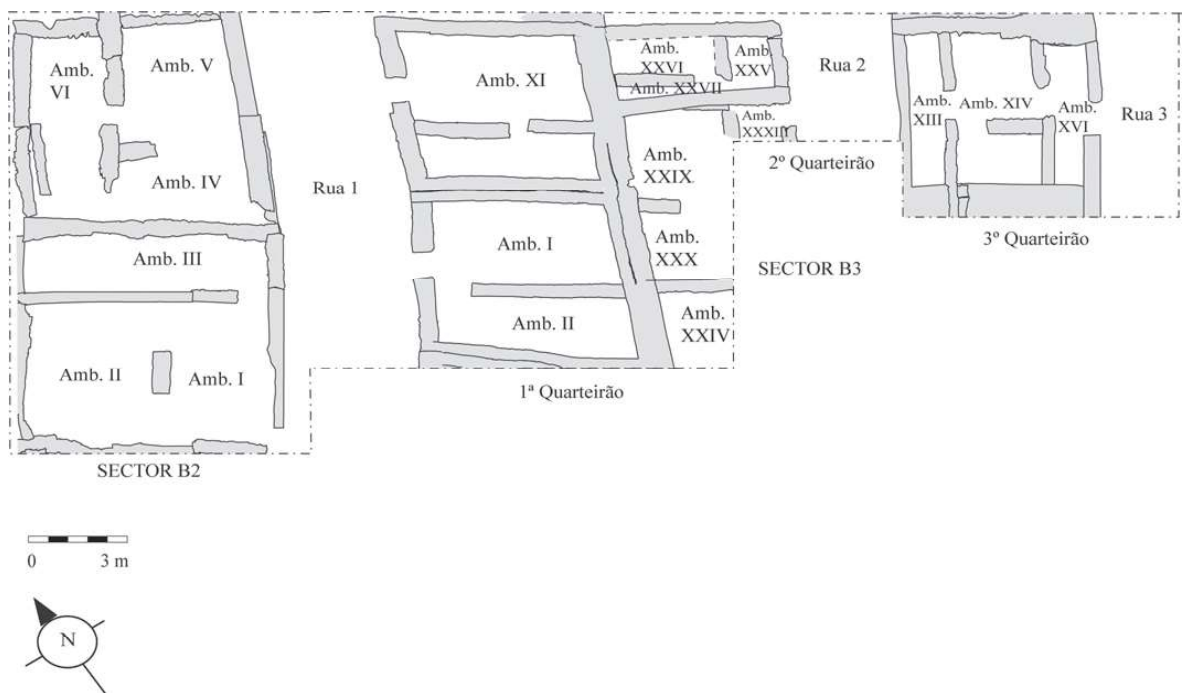


Figura 2 – Arquitectura do século II a.C. na plataforma inferior de Mesas do Castelinho.

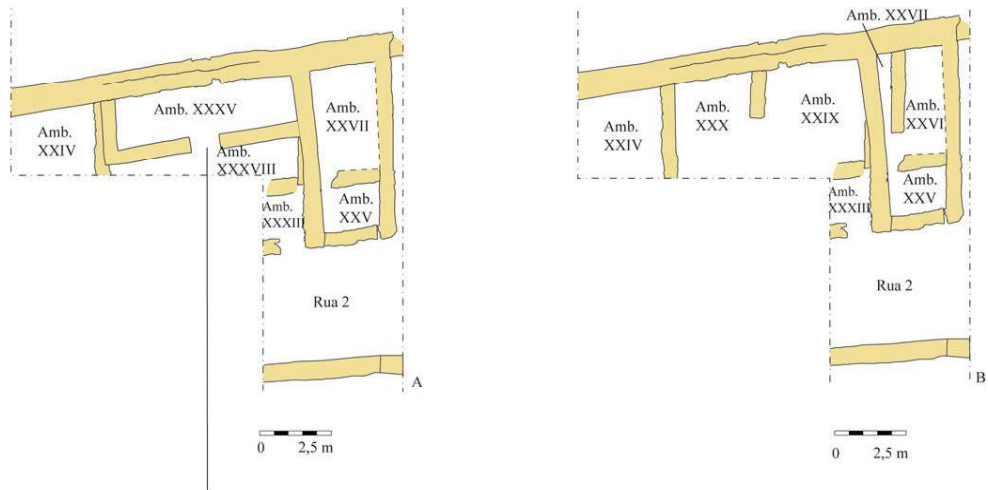


Figura 3 – Evolução da arquitectura dos primeiros momentos do 2º Quarteirão de Sector B3 com parte do conjunto artefactual do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII.

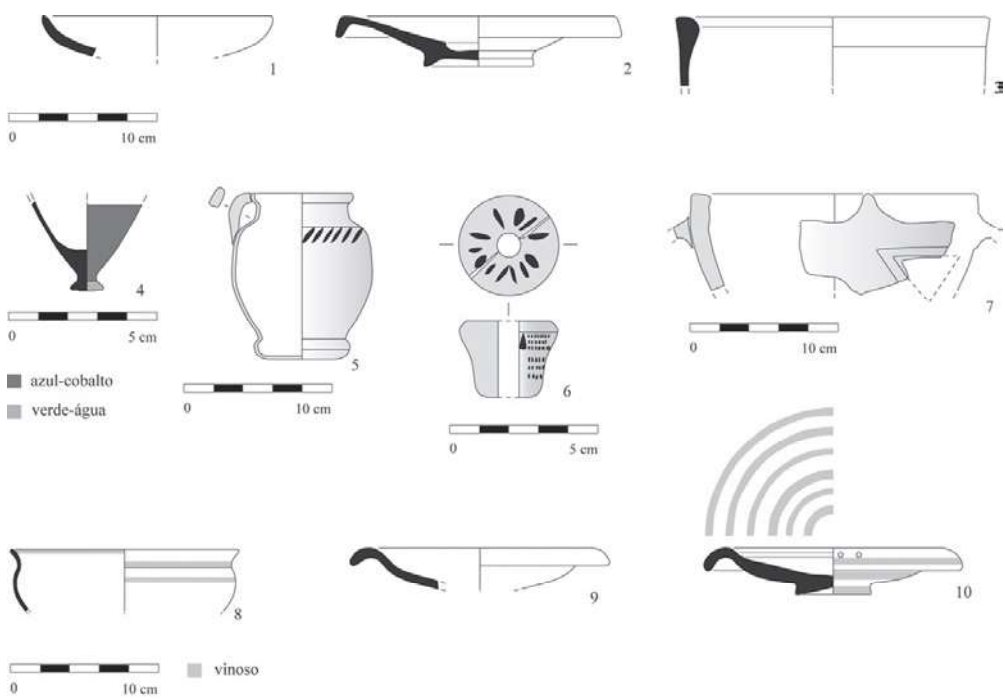


Figura 4 – Parte dos artefactos do depósito fundacional.

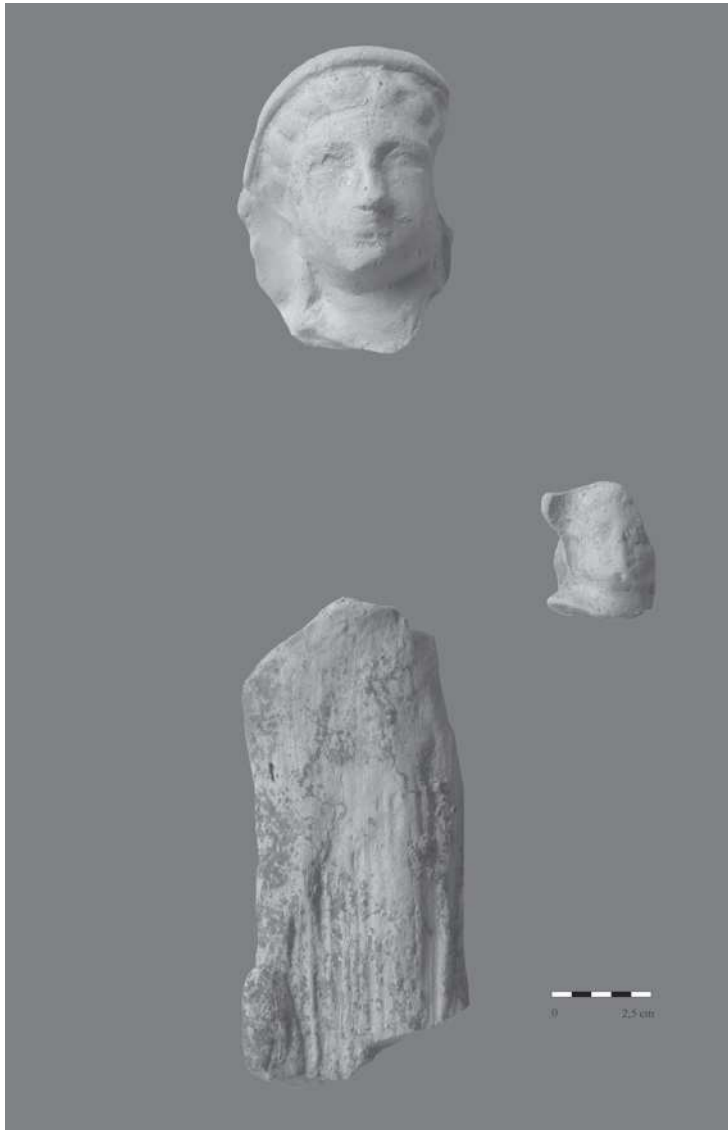


Figura 5 – Elementos da terracota identificada no depósito fundacional.



AAP
 ASSOCIAÇÃO
 DOS ARQUEÓLOGOS
 PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDACÃO
Millennium
 bcp

BNP
 BIBLIOTECA
 NACIONAL
 DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
 PORTUGAL


 Parques de Sintra
 Monte da Lua